

Relator promete substitutivo para dia 18: pressão deve aumentar

O compromisso assumido pelo relator do projeto salarial dos servidores do Judiciário Federal, deputado João Dado (SDD-SP), de apresentar o texto substitutivo ao PL 6613/2009 na Comissão de Finanças da Câmara até a quarta-feira (18), é um motivo a mais para que a categoria intensifique a mobilização nestes primeiros dias em que a campanha coincide com a Copa do Mundo.

É o que ressaltam integrantes do Comando Nacional de Greve da Fenajufe, que pressionaram o parlamentar a apresentar logo o novo texto, com base na proposta entregue a ele pelo Supremo Tribunal Federal. A preocupação maior dos servidores neste momento é assegurar isso em meio a um período de esvaziamento das atividades parlamentares, por conta da Copa do Mundo e, depois, do recesso legislativo.

Ofício no Planejamento

A busca da reunião com o relator já reflete de certo modo este momento. “O deputado nos disse que não tinha tempo para nos receber, mas insistimos e conseguimos conversar com ele por meia hora sobre o PL 6613”, relata o servidor Antonio Melquíades, o Melqui, dirigente do sindicato de São Paulo (Sintrajud-SP), que participou da reunião pelo Comando Nacional de Greve.

O parlamentar disse que provavelmente na segunda-feira (16) envia à Fenajufe cópia do texto inicial que pretende apresentar e que, dois dias depois, apresenta a redação final à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara

(CFT). Depois que isso acontecer, começa a batalha para furar o bloqueio do governo Dilma Rousseff (PT) e fazer com que a proposta seja votada na comissão.

Os servidores levaram ao deputado cópia do ofício que consolida a previsão orçamentária para o projeto, protocolado pelo STF no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O documento era uma das condições levantadas pelo relator para apresentar o parecer. O deputado, no entanto, fez nova solicitação: que o ofício, que leva a assinatura do diretor-geral do STF, Miguel Fonseca, seja também assinado pelo presidente Joaquim Barbosa.

Dia 16: mais mobilização

O pedido já foi encaminhado ao diretor-geral para que chegue até o ministro, que se aposenta no final de junho. O dirigente da federação Adilson Rodrigues não vê motivos para que isso impeça o deputado de apresentar o parecer, mas destaca a necessidade de aumentar a pressão sobre o presidente do STF nestes últimos dias de seu mandato.

Defender a proposta salarial e votar a nota técnica contrária à PEC 59/2013 no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) são dois atos que os servidores reivindicam que Joaquim Barbosa faça antes de deixar o tribunal –

mas é o peso da participação da categoria em todos os estados nos próximos dias que pode tornar isso mais possível, alerta o dirigente sindical. *Por Hélcio Duarte Filho - Sintrajud*

Preocupação maior dos servidores é assegurar reivindicações em meio a um período de esvaziamento das atividades parlamentares, por conta da Copa do Mundo e do recesso legislativo.

Além de Bahia e Mato Grosso, que estão em greve desde o dia 29 de abril, e Rio Grande do Sul e São Paulo, em greve

desde 15 de maio, agora é a vez de Alagoas, que também aderiu ao movimento na quarta-feira (11/06).

Carta aos colegas

Divulgação

Caros colegas,

O Brasil está em clima de Copa do Mundo, eleições, porém é ano de luta pela nossa **data-base**.

Historicamente, sabemos que toda conquista da categoria tem sido através de muita negociação, luta, paralisações e, em último grau, a greve.

As assembleias do SINTRAJUSC tem deliberado acerca de paralisações em datas esporádicas, pelo período de três horas, para que se construa o movimento em Santa Catarina.

Em cinco Estados os respectivos sindicatos deliberaram acerca da greve.

O que se observa aqui em SC é a **pouca adesão ao movimento**, porém as razões não se conseguem identificar. Os poucos servidores que estão aderindo às paralisações já se sentem frustrados e de certa forma enfraquecidos, vendo o marasmo e a apatia da maioria em relação à luta, principalmente por se tratar da nossa data-base.

O que se pede é a participação dos colegas para aderirem o movimento ou pelo menos participarem das assembleias, ou reuniões setoriais, e assumirem que não acreditam na luta, que estão satisfeitos com a situação, que preferem trabalhar vendo o salário sendo corroído a cada ano.

Se a maioria decidir pelo encerramento de qualquer movimentação, o SINTRAJUSC não adere ao movimento e ficamos todos **“vendo a banda passar”**, mas se a maioria demonstrar interesse em melhores condições de trabalho, remuneração e principalmente a **data-base**, certamente o caminho será outro.

O que não dá para permanecer é o que tenho visto: poucos colegas em frente aos prédios com a sensação de frustração, por não conseguirem trazer para a luta os demais colegas.



Servidores de Blumenau presentes nas paralisações

Ora, a luta é de todos e todos precisam ser ouvidos!

Talvez, senhores, ainda estejamos em alguma condição confortável, mas reflitam: se algum dos senhores já precisa abrir mão de coisas importantes para não perder outras igualmente importantes é porque a situação não está tão confortável assim. Logo, **há que se mobilizar**.

O grande problema da omissão está exatamente no fato de que ao se chegar ao fundo do poço, aqueles que estão acostumados a puxarem o movimento podem já não terem mais força para tanto e igualmente estarem desencorajados.

Se hoje não estamos conseguindo nos mobilizar com este mínimo de servidores no movimento já existente, certamente não chegaremos a lugar algum se todos estiverem inertes.

Não conseguiremos nada, apenas ficando em frente o monitor, lendo as notícias e reclamando do governo. Ninguém nos ouvirá reclamando dentro de secretarias. **PRECISAMOS IR PARA AS RUAS! PRECISAMOS NOS FAZER OUVIR: SEM MEDOS, SEM RECEIOS!**

Atenciosamente

Sandro Roberto de Oliveira - 4ª VT Blumenau

**JUNTOS SOMOS FORTES!
FILIE-SE AO SINTRAJUSC!**

Copa e Direito de Greve na crítica de Souto Maior

O juiz do trabalho Jorge Luiz Souto Maior, que também é professor livre docente na USP, Brasil desde 2001, publicou dois artigos que vale a pena ler sobre temas bem atuais: Copa do Mundo e Greves.

No artigo sobre a Copa, “A Copa já era!”, ele apresenta 11 argumentos para justificar o título e conclui: *O desafio está lançado. O que vai acontecer nos jogos da Copa, se a “seleção canarinho” vai se sagrar hexa campeã, ou não, não é decisivo para a história brasileira. Já o tipo de racionalidade e de reação que produzirmos diante dos fatos sociais e jurídicos extremamente graves relacionados ao evento vai, certamente, determinar qual o tipo de sociedade teremos na sequência. Boa ou ruim, a Copa acaba e a vida concreta continua e será boa ou ruim na medida da nossa capacidade de compreendê-la e de interagir com ela (...)*

No artigo “Metrô e Judiciário cometem ilegalidades contra direito de greve dos metroviários”, ele assinala

que se tem assistido nos últimos meses, em âmbito nacional, um ataque generalizado contra as greves, fundado no argumento do respeito à legalidade. Mas, o que tem havido, juridicamente falando, é a negação do direito de greve tal qual está na Constituição Federal.

Ele também faz à crítica aos meios de comunicação:

Aliás, na linha da criação de institutos de inibição de mecanismos de repressão ao direito de greve, conforme requerido pela OIT, é relevante que se passe a pensar também o quanto as condutas de certos meios de comunicação, que divulgam informações equivocadas quanto ao exercício do direito de greve, se configuram como atos antissindiciais, vez que tentam deslegitimar as greves e desmoralizar os grevistas, acusando-os de estarem causando um mal à população, negando, em concreto, a greve como um direito fundamental, como de fato é segundo previsto em nossa Constituição.



Miriam Abreu
A convite do SINTRAJUSC, em 2012 Souto Maior falou sobre a saúde dos servidores

Os artigos podem ser lidos em:

<http://www.viomundo.com.br/denuncias/jore-souto-maior.html>

<http://www.anamatra.org.br/uploads/article/a-copa-ja-era.pdf>

Pressão no CNJ pela aprovação de nota técnica contra PEC 59/13

No Conselho Nacional de Justiça, o comando nacional de greve trabalha para buscar a inclusão da nota técnica sobre a PEC 59/13 (Estatuto do Judiciário) na pauta da próxima sessão, marcada para segunda-feira (16/06). O grupo já protocolou ofício com pedido à presidência do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para que pautar a matéria e também entregou cópia deste documen-

to protocolado para a totalidade dos membros do Conselho.

Também houve conversa com o secretário geral do CNJ e com o juiz auxiliar da presidência para que eles intercedam junto ao ministro Joaquim Barbosa para que a nota técnica seja pautada no dia 16, pois ele inclusive já leu a minuta da nota, que estava pautada como item 117 da sessão do dia 3 de junho, mas não chegou a ser votada. O tema tam-

bém foi levado à conselheira Gisela Gondin e aconteceu uma nova conversa com o conselheiro Fabiano Silveira, um dos responsáveis pela nota técnica, para que ele insista em votá-la no dia 16.

A aprovação desta nota técnica pelo CNJ poderá ser decisiva para que o senador Valdir Raupp elabore um relatório com parecer pela rejeição da PEC 59/13 na CCJ do Senado.